

FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA PORTUGUESA
ROTEIRO DE ATIVIDADES

2º SÉRIE

4º BIMESTRE

AUTORIA

JANETE PEREIRA BASTOS CARDOSO

Rio de Janeiro

2012

TEXTO GERADOR I

Transcrição do Seminário Humor I

Bernardo Jablonski

No Seminário Humor, Indivíduo e Sociedade, realizado na PUC-Rio em agosto de 2009 e promovido pela Globo Universidade em parceria com o Departamento de Psicologia da PUC-Rio, participaram nomes representativos do humor carioca, tanto entre os seus “militantes” quanto entre os que teorizam a respeito. As duas mesas do evento foram compostas pelos humoristas Mauricio

Sherman (diretor), Claudio Manoel (ator e autor/Casseta), Pedro Cardoso (ator), Michel Melamed (autor/ator), Mario Marcio Bandarra (diretor), Bruno Mazzeo (autor/ator), Ney Latorraca (ator) e Claudio Paiva (autor/chargista). Representando os teóricos, Bernardo Jablonski (moderador) e os psicanalistas Daniel Kupermann e Joel Birman.

Abaixo, transcrevemos, a título de ilustração, alguns dos depoimentos que julgamos mais significativos com relação ao que foi proferido durante o seminário por parte de alguns de seus participantes.

Bernardo Jablonski:*Para abrir o presente evento, escolhemos uma frase de Charles Chaplin: “o humor nos permite ver o irracional através do racional. Reforça nosso instinto de conservação e preserva nossa saúde mental. Graças ao humor, as dificuldades da vida se tornam mais leves. E mais, o humor desenvolve nosso senso de medida e nos revela o absurdo que nos rodeia, tantas vezes travestido de pretensa gravidade”.*

[...]

Pedro Cardoso:*Eu penso que toda palavra coloca uma questão a respeito dela mesma. Quando o título me foi transmitido, a palavra psicologia imediatamente se colocou pra mim, porque eu não sei o que é exatamente psicologia. E passei então a pensar vagamente... então digamos que psicologia é aquilo que a gente reconhece como sendo os*

nossos processos que resultam nas nossas ações, entre aquilo que a gente chama de razão, emoção, de sensações e como é que isso tudo se relaciona dentro de nós. [...] o ponto é: se o humor é como se tem dito aqui, um acesso ao nosso inconsciente, se o humor é uma irrupção de um conteúdo inconsciente do qual a gente não tem conhecimento até aquele momento... digamos então que estaremos sempre rindo, e é isso o humor, resultante da imperfeição do nosso funcionamento. Então quando a nossa psicologia falha isso produz em nós misteriosamente uma sensação do cômico. Mas agora vou dizer uma coisa que está muito na contramão da ideia vigente a respeito de humor, e até da ideia que talvez tenha inspirado todo este encontro. Rapidamente vou contar uma breve história que eu vivi, e que foi uma lição de vida pra mim, em que esta distinção ficou nítida, ainda que de forma bem sutil. Eu fazia um espetáculo em que em determinado momento o personagem perguntava para a plateia – era um personagem muito erudito que estava falando em várias línguas, e num determinado momento eu continuava o espetáculo falando só em português e perguntava: “temos aqui alguém de outros países?”. Como se passava no Brasil, obviamente, só tinha brasileiros. Então ele sempre concluía dizendo “ah, só tem brasileiros!”. Porém neste dia havia um rapaz que levantou lá de trás, com muita gentileza, e falou: “eu sou de Honduras!”. E foi uma coisa extremamente gentil que o rapaz fez. Você imagina, o teatro é uma opressão enorme sobre a plateia, o ator ali no palco... e ele falou “eu sou de Honduras!”. E eu, do palco, retruquei: “não, eu falei país!”. E todo mundo riu, assim como riram aqui. Bem, o Brasil tem um certo sentimento de superioridade em relação aos outros países da América Latina por causa da força da economia, por causa do tamanho. Então a piada tinha vários espelhos de compreensão, um deles era esse. Aquela piada foi eficiente, todo mundo deu esta gargalhada que deram aqui. No entanto, ela deixou um resto de incômodo, porque eu havia constrangido aquele homem, um homem que tão gentilmente tinha se reportado a mim e eu fiz uma piada e coloquei ele numa situação ridícula perante quinhentas pessoas, porque todo mundo riu dele. Não era de mim ou do que eu estivesse falando. E aquilo deixou no espetáculo um pequeno incômodo... E o espetáculo seguiu, depois de dez minutos acabou, mas o aplauso final não foi tão vibrante quanto em outras ocasiões. Não foi vibrante porque aquela piada não era elucidativa para a peça, ela era uma mera confirmação da imobilidade do meu preconceito

em relação àquele rapaz, ela não moveu o pensamento em nenhum sentido. Neste sentido esse tipo de piada, embora possa ser eficiente, ela não conduz à saúde. Aí fiquei me perguntando: como algo que é eficiente, ou seja, que produz a gargalhada, pode ainda assim não conduzir à saúde? E ainda assim, empiricamente, me ocorreu responder que aqueles que riem de algo que não os está transformando estão rindo apenas da mesmice que visa confirmar a sua ignorância a respeito de si mesmos. Aqueles que estão rindo de algo que os está transformando, ainda que seja um processo inconsciente, estão rindo de uma forma que será libertadora lá na frente. E de que maneira o riso é provocado? E aí é o final do que eu tinha a dizer. Acho que o riso é provocado em função da vontade, é um ato da razão, não é um ato inconsciente, da determinação. É porque eu quero provocar um bom momento que eu o provoço e é porque eu não quero provocar um bom momento que eu não o provoço. Então quando os brancos senhores dos escravos ou eventualmente até nós quando rimos de alguns aspectos do Presidente ou de qualquer coisa, enfim, dependendo do que nós verdadeiramente queremos, ou seja, dependendo do afeto, nós vamos obter uma piada que seja libertadora ou uma piada que seja meramente aprisionadora, da prisão na qual nós já estamos.

Claudio Manoel: *Embora a gente não tenha pretensões acadêmicas, acho difícil falar bre função, assim como acho difícil falar sobre um humor só. Quer dizer, além de ter vários tipos de humorismo, humoristas e humores, as respostas para cada um deles variam de indivíduo para indivíduo. O humor que o Sherman falou, o humor engraçado, ele provoca o feedback do riso. O problema é que as coisas não são tão simples assim... Porque o humor que provoca riso também pode provocar outras coisas, às vezes até situações de desconforto. Por que se está rindo? Porque há ao mesmo tempo um humor escrachado e um outro que pode provocar “uma saia justa”.*

Então às vezes você ri meio constrangido e às vezes as pessoas estão injuriadas em relação àquela piada específica... O programa de humor “Pânico”, por exemplo, costuma produzir um “quê” de constrangimento com a celebridade, o artista da Globo, e por aí vai. Além disso, se fosse sempre assim tão terapêutico ou nobre, não haveria humorista triste, mal-humorado, deprimido. E olha que tem muito...

Se você pegar filmes como “Brilho eterno de uma mente sem lembranças”, é meio por aí... Você tem também umas expressões do humor pela melancolia, ou, por exemplo, o filme “O último herói”, que é um humor que flerta com a depressão... Woody Allen faz um pouco disso também.

Hoje em dia quando você tem uma resposta psicológica ao humor, que vai desde a piada que você faz com um gaúcho à piada que você faz com o Lula, por exemplo, que é o primeiro Presidente com quem a gente brinca e que tem um alto índice de popularidade (tirando o primeiro mandato do Fernando Henrique)... Então, quando a gente pega no pé do Lula, a gente pega no pé dele relativamente mais leve do que a gente pegava no pé dos outros, até por causa dessa coisa toda de politicamente correto... e as pessoas reagem muito contra a piada do Lula. Óbvio que também tem muita gente que reage a favor. Mas é preciso atentar para o fato de que você não está fazendo só humor e, sim, comunicação em TV aberta, o que faz as coisas ficarem bem diferentes exatamente do que eram, em função do impacto dessa mídia. Ou seja, as repercussões hoje em dia são bem maiores. É preciso se dar conta então de que não estamos “fazendo só uma piada, cacete”, e que às vezes a piada é mais cacete do que piada. Obviamente o cara que é o alvo da piada não fica tão contente quanto o cara que bate e quanto quem está assistindo, que não tem nada a ver com isso. Quando a pessoa é alvo da graça, ela obviamente não se sente assim tão bacana. Enfim, são vários outros fatores que estão em jogo e que merecem atenção quando se pensa no humor.

[...]

Claudio Manoel: *Eu gostaria de ressaltar algumas coisas. Primeiro que acho que o humor tem que ser politicamente incorreto; então, se ele tiver que ser politicamente incorreto ele não será necessariamente “saudável”. Se a gente está, por exemplo, buscando classificações para o humor – que ele tem que ser crítico e não acrítico, que ele tem que ser necessariamente agressivo –, a gente deixa de fora muitos outros tipos de humor que estão acontecendo. Existem muitos produtos de humor, como todos os desenhos da Pixar Filmes, que têm uma boa dose de malícia. Cada um aqui vai reagir à piada de formas completamente*

diferentes, e creio ser impossível a gente agora tentar tirar um padrão de saúde, de profilaxia... Então eu acho que as coisas são mais plurais do que a gente imagina...

[...]

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100013

TEXTO GERADOR II

DEBATE REGRADO

Debate Conferências de Evanildo Bechara e Malaca Casteleiro

Fac. Filologia, Univ. Santiago, 8 de Outubro de 2008, 12 h.

José Luís Rodrigues: Bem, a mim foi-me atribuído o papel de moderador assim no último momento e em consequência não está previsto que eu realize perguntas, mas suponho que aqui o público, enquanto não aparecer o Ângelo Cristóvão, poderá fazer algumas perguntas até que o organizador nos diga a que hora terminamos. Eu lembro que são horas já bastante avançadas e especialmente sei que os hábitos portugueses, no sentido das refeições, não são como os de aqui, não? Então fazemos as perguntas até que nos digam o que fazemos. O professor Antonio Gil tem a palavra.

António Gil: Eu rogaria que o moderador perguntasse primeiro.

José Luís Rodrigues: Eu cedo primeiramente aos assistentes a este acto, eu dou-lhes a palavra primeiramente, se não houver ninguém então pergunto algo.

Pergunta 1 (Xavier Vilhar Trilho): Eu perguntaria aos professores como veem desde a sua perspectiva a falta da unidade ortográfica real das duas variantes principais do português, português de Portugal e o português do Brasil, tendo em conta que já há um acordo ortográfico.

Evanildo Bechara: O Professor Malaca Casteleiro fez parte da Comissão, de modo que eu acho que a pergunta pode ser contestada por ele.

Responde Malaca Casteleiro: *Muito obrigado ao Professor Evanildo Bechara. Bom, realmente a questão ortográfica é uma longa guerra de cem anos, não é? Foi desencadeada em 1911. Foi uma declaração de guerra ortográfica, uma declaração, subjacente, indireta. Propriamente, porque Portugal nessa altura resolveu levar por diante uma grande reforma ortográfica sem ter procurado o consenso do Brasil. Ora, determinar uma ortografia é um ato de soberania de um país sobre a língua, é um ato político e, portanto, não devia nunca ter sido tomada essa decisão sem o outro grande país de língua portuguesa se ter pronunciado sobre essa mesma reforma. E aí começou o grande erro do lado português. É verdade que no Brasil tinha havido já em 1907 também alguma tentativa de reforma ortográfica. De qualquer modo não foi por diante, não foi oficializada. Ainda que concordante dos dois lados do Atlântico, não podia nunca ser levada por um país avante sem realmente o outro participar nessa decisão política, nesse ato de soberania como é determinar uma nova ortografia para a língua comum.*

Portanto esse é o grande problema e depois não houve nunca realmente entendimento. Nós sabemos que em 1945 -como foi aqui lembrada, a convenção ortográfica de 1945- os negociadores portugueses, coordenados pelo professor Rebelo Gonçalves, um classicista que falava o Latim e o Grego, para quem eram as línguas ainda vivas e fundamentais, conseguiu convencer os colegas brasileiros para reintroduzirem na grafia brasileira as consoantes mudas. Já tinham suprimido e suprimiram-nas com certeza por razões de alfabetização. É muito mais difícil para uma criança aprender a escrever a palavra “óptimo”, com p do que escrevê-la sem p, “director” com c, “recepção” é com p mas “direcção” é com dois c. Portanto mesmo não há articulação comum do ponto de vista fônico, e do ponto de vista morfológico há ortografia diferente; “recessão” para os brasileiros, realmente, pronunciam “recessão”. Mas do ponto de vista da aprendizagem da grafia, portanto uma criança portuguesa que diga /recepção/ tem que por lá um pé, mas direcção tem que escrever lá mais um c. Ora bem, por razões de escolarização, de alfabetização com certeza que essas consoantes foram suprimidas.

Ora bem, em 1945 os lusitanos, filólogos portugueses conseguiram convencer os colegas brasileiros a reintroduzir, portanto foi tudo feito segundo o desejo do professor

Rebello Gonçalves, uma grande figura - não é isso que está em causa- mas não houve consenso. Uma reforma ortográfica tem que fundamentar-se em razões linguísticas, em razões sociais e culturais, e em razões políticas, e, portanto aí do ponto de vista social, do ponto de vista político, não houve realmente bom senso nessa opção que realmente foi tomada. Ainda hoje houve símiles da questão, portanto, um certo número de intelectuais portugueses com grande acesso aos meios de comunicação e que são contra a supressão dessas consoantes, porque ao suprimir essas consoantes “muda-se a fala”. A fala é uma coisa e a escrita é outra. E, portanto, naturalmente [há umas] relações entre a fala e a escrita, porque a ortografia portuguesa tem um critério fonético, no qual também se baseia, mas realmente... o alterar a grafia não implica alterar a fala, não é? Então, eu já disse, é o argumento do medo, e que se nós em direcção tiramos o c, as pessoas vão passar a dizer /dirêção/. Portanto, nós temos palavras em que a pretónica é aberta, “padeiro”, por exemplo, e não há lá nenhuma marca a indicar que esse “a” é aberto. Por outro lado temos “actualizar”, “actual”, temos lá o cê e no entanto a anterior é fechada, /âtual/, /âtualizar/. Portanto, esse argumento não pega, mas, infelizmente, é o que tem impedido.

Portanto é unificação ortográfica porque o Acordo de 1990 foi um acordo possível. Não é o acordo ótimo, porque o ótimo seria a unificação absoluta. E então há aí alguns casos em que era muito difícil conseguir uma base comum. O principal é realmente o das esdrúxulas, em que a tónica “e” e “o” são seguidas de consoante nasal: “António”, “género”, em que do lado brasileiro usam acento circunflexo e do lado português é o acento agudo. Bom, Rebello Gonçalves conseguiu também convencer os colegas brasileiros a substituir o acento circunflexo pelo agudo. Portanto, era tudo feito à medida do desejo de Portugal e o resultado está à vista. Ora, em 1986, numa primeira tentativa de acordo que se realizou em Abril no Rio de Janeiro, tendo do lado brasileiro o professor Antônio Houaiss, muito empenhado neste processo, optámos por suprimir os acentos, que os nossos alunos das nossas escolas têm uma certa relutância em escrever. E, portanto aí tínhamos um argumento que é uma realidade que procede da escrita e, portanto a pessoa já sabe que em António, o acento está na penúltima, até discutimos se as duas vogais finais não constituem de certo um ditongo crescente. Portanto, em António, sabe perfeitamente que o acento está aí, e,

portanto a abertura já faz parte da fala, das diferenças que há entre os falares dos dialetos. Mas esse Acordo, desse ano 86, não conseguimos sacá-lo por diante, enfim, motivou uma reação tão intensa do lado de Portugal, esses intelectuais fundamentalmente que se insurgiam contra o acordo. Depois vinham com outros argumentos, pois muito bem para as palavras de uso comum que já conhecemos o exemplo e não faz falta, mas para as palavras que se aprendem através da escrita, e, nomeadamente, do ponto de vista da aprendizagem da língua como língua estrangeira, para um estrangeiro que encontra a palavra escrita, o facto de ter o acento ajuda a fixar a imagem fónica e a imagem gráfica da palavra.

Portanto, agora, fundamentalmente o que falta é a vontade política. Não há vontade política em Portugal, não tem havido vontade política em Portugal para levar o Acordo por diante. Porque é um medo estúpido, incompreensível, de que através do Acordo Ortográfico o Brasil nos conquistará África, como se nós fôssemos os donos da África. Ou através de um Acordo Ortográfico se conquistasse alguma coisa. Mas há essa preocupação de que através da reforma ortográfica a variante brasileira do português se alargará à África. Ora, uma coisa é a escrita e outra coisa é a fala. E do ponto de vista da oralidade até alguns portugueses que falam nos países africanos lusófonos em têm muitos deles características mais semelhantes ao português que se fala no Brasil que do português que se fala em Portugal. Mas a razão fundamental é esta, não tem havido vontade política. E agora o Brasil -aí o professor Evanildo Bechara poderá dizer melhor- que se propõe aplicar o Acordo já no próximo ano, em 2008. Portugal irá depois a reboque, estou absolutamente convencido, ora era preferível que não fosse a reboque [Prof.^a Maria do Carmo Henriques: Irá para a frente] Muito obrigado, eu já me alonguei demasiado sobre esta questão e não sei se respondi inteiramente à questão.

Responde Evanildo Bechara: *Quanto à respectiva ortografia, eu acredito que, se nós não lhe dermos as bases científicas de uma ortografia, jamais chegaremos a um acordo, porque já em 1911 e antes, Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, em 1885-86 já tinham trabalhado no sentido de uma alteração, de uma mudança ortográfica. Tanto em 1885-86 como em 1911 nós tínhamos uma realidade educacional, cultural, diferente de hoje.*

A linguística nos mostra que uma língua comum só consegue relativa unidade na sua morfossintaxe e os acordos ortográficos querem fazer partir o sistema ortográfico da fonética, dum verdade fonética ou fonológica. Enquanto nós não abolirmos esta preocupação com a realidade fonética e fonológica, não chegaremos a um acordo. Nós vimos pela informação do nosso querido professor Malaca Casteleiro a grita que houve porque o dicionário da Academia registrou a pronúncia lusitana, e não registrou a realidade de outra pronúncia corrente em Portugal, pelo menos uma pronúncia, acredito coimbrã, de modo que enquanto os ortógrafos ficarem fixados na ortografia, fixados no elemento fonético-fonológico jamais poderemos chegar a um acordo.

Se nós compararmos uma primeira edição de Machado de Assis, por exemplo, 1886, 1900, com a mesma página de Machado de Assis hoje, nós vamos ver que o número de acentos no texto impresso hoje é muito maior; às vezes chega a quatro vezes mais os acentos usados na primeira edição ou numa edição de 1896 ou de 1900. E acontece que esse texto, com uma economia de acentos, era entendido pelas pessoas, e quando a pessoa tinha dificuldade, procurava um dicionário. O dicionário foi feito para ser consultado. Quando nós lemos inglês e quando nós lemos alemão, alemão já não digo tanto porque tem uma ortografia muito próxima da realidade fonética e fonológica, mas no caso do inglês nós nunca sabemos qual será a pronúncia daquela palavra se a vemos pela primeira vez. Eu tenho um livro de dois foneticistas americanos que dizem que se nós damos uma palavra a dez americanos, palavras que eles nunca viram, nós vamos encontrar no mínimo sete tentativas ou sete possibilidades de pronúncia. E o inglês não usa acento, então eu acredito que é o nosso grande problema, porque no sistema ortográfico nós já resolvemos os problemas etimológicos, já acabámos com os grupos gregos ph, sc, etc.

É dizer, a parte etimológica da ortografia já está muito bem racionalizada, agora fica a parte de acentuação. Ora, o emprego de um acento é como se fosse um estímulo à provocação entre realidades fonéticas diferentes, quer realidades nacionais como o Brasil e Portugal, quer realidades dentro do próprio espaço, por exemplo, pronúncias diferentes no Brasil da mesma palavra e pronúncias diferentes em Portugal. Quer dizer, enquanto o sistema

ortográfico ficar aumentando o número de utilização de acentos, isto provoca uma dificuldade de uma unificação porque o acento é sempre um desafio, é sempre uma provocação a uma realidade fonética quer dentro do país, nas suas várias regiões, quer na comparação de um sistema fonológico. Ora, nós sabemos, por exemplo, na gramática nós podemos chegar a uma unidade morfossintática em todo o domínio da Lusofonia, mas não podemos fazê-lo no campo da fonética. E o que é que acontece com os ortógrafos desde Gonçalves Viana e Vasconcellos de Abreu em 1885-86, é que há uma necessidade de acentos para facilitar a pronúncia. Ora, essa facilitação da pronúncia naquela época era até justificável, porque a rede escolar era muito restrita. Nós não contávamos com os elementos da mídia falada, como nós temos hoje a televisão, o rádio, etc. De modo que mudou o panorama educacional entre 1885 e 2005-07. E, depois, o acento não garante, quer o acento quer os sinais diacríticos, não garantem a boa pronúncia da palavra, por exemplo, a palavra questão não tem trema e no Rio de Janeiro cada vez mais se acentua a pronúncia questão, questionário etc. A palavra “recém” tem um longo acento agudo na sílaba tónica e a pronúncia normal é “ récem nascido”, “ récem criado”, quer dizer a pessoa põe o acento, mas não o respeita à hora de proferir. De modo que os ortógrafos têm dado grande importância à presença do acento. Ora, a presença do acento numa ortografia vai criar situações de oposição entre a pronúncia, quer no mesmo país, quer em países diferentes. E nós sabemos que o falante resolve o seu problema, vejam, por exemplo, o caso do plural por metafonía: o plural por metafonía não leva nenhum acento, e todos nós sabemos quando o singular tem o timbre fechado e o plural tem o timbre aberto e que há, naturalmente, variações dessas pronúncias. Portanto, eu acho que o grande problema e a grande dificuldade de uma unificação ortográfica é que a atenção dos ortógrafos está voltada para o maior número de acentos, o que significa a maior provocação de diversidade da realidade fonética entre quer o mesmo país, quer em países diferentes. Eu creio que uma palavra como “Antônio”, proferida em Portugal com timbre aberto e no Brasil com timbre fechado, se nós não usamos o acento os portugueses continuam com timbre aberto, os brasileiros continuam com timbre fechado, e isso não é geral porque no Brasil também existe “Antônio”, aquela região de pescadores da região dos Lagos, que é uma região de contingentes de antigos portugueses, é assim que se

pronuncia a palavra, “António”. Quer a pronúncia seja “António”, quer “Antônio”, escrita sem acento nós poderemos chegar a uma unidade ortográfica. Agora se nós quisermos usar o acento com valor, com preocupação pedagógica, didática e educacional jamais teremos um acordo ortográfico. Então a meu ver essa unidade ortográfica só se obterá se nós chegarmos a uma mudança da filosofia que deve presidir um Acordo Ortográfico para toda a Lusofonia.

<http://academiagalega.org/conferencias-pro-academia/debate.html>

ATIVIDADE DE LEITURA

QUESTÃO 1

Que argumentos Malaca Casteleiro utiliza para explicar a razão de não existir uma unidade ortográfica real das duas variantes principais do português, português de Portugal e o português do Brasil, tendo em conta que já há um acordo ortográfico? Que recurso ele utiliza para embasar sua ideia?

Habilidade Trabalhada

Reconhecer a importância dos argumentos para a defesa e consistência dos pontos de vista defendidos

Resposta Comentada

Segundo Malaca Casteleiro, existem algumas razões que impedem essa unificação e o primeiro argumento que ele utiliza é o fato de que Portugal tomou sua decisão sem o consenso do Brasil; outra questão citada por ele é com relação à grafia de algumas palavras, assim como as suas pronúncias “É muito mais difícil para uma criança aprender a escrever a palavra “*ótimo*”, com p do que escrevê-la sem p, “*director*” com c, “*recepção*” é com p mas “*direcção*” é com dois c...”. ;”se nós em *direcção* tiramos o c, as pessoas vão passar a dizer /*dirêção*!”. Ele ainda acrescenta a falta de vontade política. “*Não há vontade política em Portugal, não tem havido vontade política em Portugal para levar o Acordo por diante.*”

Além dos exemplos citados, Malaca cita nomes de professores renomados para dar credibilidade à sua fala. Malaca se utiliza de vários argumentos para sustentar sua opinião, tentando convencer seu interlocutor de que sua opinião deve ser levada em conta, utiliza-se de seus conhecimentos para dar consistência à sua opinião. Para que isso funcione bem, é necessário que a argumentação seja convincente e bem fundamentada, com base em dados e informações, a fim de que o texto ganhe consistência e credibilidade.

REGISTRO DOS RESULTADOS PEDAGÓGICOS DECORRENTE DA IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO DE ATIVIDADES

O conteúdo do 2º ciclo, apesar de ser bastante trabalhoso, foi também muito proveitoso. Os seminários e os debates realizados pelos alunos foram executados de forma brilhante, principalmente os debates. Eles participaram ativamente, fizeram as pesquisas necessárias e o embate foi excelente. Isso resultou em ótimos resultados, tanto no lado da interação quanto do aproveitamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens – Literatura – Produção de Texto – Gramática**. Vol. 2 -3. Ensino Médio. Ed. Saraiva. 7ª Ed. São Paulo, 2010.

BARRETO, Ricardo Gonçalves. **Ser Protagonista. Vol. 3**. Ensino Médio. Edições SM. 1ª Ed. São Paulo. 2010.

SARMENTO, Leila Lauer, TUFANO, Douglas. **Português – Literatura – Gramática – Produção de Texto**. Vol.3. Ed. Moderna. 1ª Ed. São Paulo, 2010.